

30. ADENDA CONTRATO PROGRAMA TUB:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal a adenda ao contrato-programa celebrado entre o Município de Braga e os TUB - Transportes Urbanos de Braga, conforme minuta que se anexa, nos termos e com os fundamentos dos documentos que se juntam.

PROPOSTA

ASSUNTO: Adenda ao Contrato-Programa celebrado entre o Município de Braga e o TUB –Transportes Urbanos de Braga E.M.

I. Exposição e Motivos

- 1.** Foi dirigido, por parte da atual direção da empresa municipal da TUB, um pedido de reforço do apoio estabelecido para o contrato-programa de 2020, com vista a proceda à compensação dos serviços de transporte prestado por aquela empresa municipal, o que tendo por base critérios ajustados aos efeitos decorrentes da situação epidemiológica, que motivou a declaração de estado de emergência, designadamente:
 - a) Os dados históricos homólogos relativos à utilização dos serviços de transporte público de passageiros;
 - b) As vendas dos respetivos títulos de transporte antes das restrições à liberdade de circulação;
 - c) Os níveis de oferta que se mantêm em operação para assegurar os serviços à população.
 - d) A implementação de políticas de preços, que resultou das circunstâncias anteriormente elencadas, e das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais.
- 2.** Sobre esta entidade - com revelantíssimas responsabilidades em matéria de mobilidade - cabe apenas ao Município de Braga reconhecer o importante papel desempenhado em matéria de apoio às atribuições que legalmente lhe estão cometidas e a que este município não pode alhear-se.
- 3.** De realçar ainda que a estratégia encetada pela TUB em articulação com o município no ano 2020, pretendeu, por um lado, mitigar a propagação do vírus

COVID-19, procurando não só salvaguardar a saúde pública de um modo geral, mas em particular proteger de uma forma especial os colaboradores e os clientes, e ao mesmo tempo apoiar economicamente a população que, nesta difícil fase, deparou-se com um decréscimo dos seus rendimentos.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

4. A empresa municipal TUB E.M., ainda que integrada no tecido empresarial local, representa uma entidade com um objeto que promove e salvaguarda um interesse próprio da respetiva população, prossequindo atividades entendidas como de interesse geral.
5. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios dos transportes coletivos de passageiros que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
6. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.
7. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.
8. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que o apoio concedido gera uma "*mais-valia*" vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projeto ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo

ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica na situação vertente.

- 9.** O apoio a conceder não consubstancia um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.
- 10.** No que respeita ao controlo da atribuição do apoio, impende sobre a empresa municipal, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.
- 11.** Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município na empresa municipal para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.
- 12.** Refira-se ainda que os contratos-programa consubstanciam contratos intradministrativos, sendo-lhes aplicável o regime substantivo dos contratos administrativos, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 338.º do CCP.
- 13.** Quanto aos efeitos, estabelece o artigo 287.º do mesmo CCP que, em matéria de eficácia do contrato, em regra os mesmos apenas produzem efeitos para o futuro.
- 14.** Esta regra comporta, no entanto, as exceções do n.º 2, permitindo que as partes atribuam eficácia retroativa ao contrato quando razões de interesse público o justifiquem, desde que a produção antecipada de efeitos não seja proibida por lei e não lese direitos e interesses legalmente protegidos de terceiros.

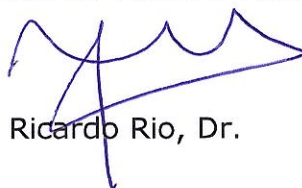
15. Nestes termos, considere-se ainda que:

- a)** A TUB, E.M, é uma empresa local de desenvolvimento local que tem por objeto o desenvolvimento de serviços de transporte urbano de passageiros no concelho de Braga;
- b)** A empresa se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;
- c)** O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;
- d)** A adenda ao contrato-programa celebrado inscreve a carteira de projetos específicos desenvolvidos, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas da empresa, atento que o esforço associado à execução destas medidas que resultam das circunstâncias descritas é muito superior ao regular funcionamento da atividade assegurado pelos meios de exploração libertos da empresa;
- e)** A minuta de adenda em anexo cumpre ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

- 16.** O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.
- 17.** Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças, e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.
- 18.** De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.
- 19.** Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único da TUB.
- 20.** A despesa tem enquadramento na rubrica 0102/04010101 do Orçamento do Município, cabendo-lhe o número de cabimento 58251, com o compromisso sequencial 69958.

Braga, 3 de março de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio, Dr.

MINUTA
ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA – 2020

Entre:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva 506 901 173, representado pelo presidente da Câmara Municipal, **RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, na qualidade de 1.º outorgante.

E

SEGUNDO: TUB – Transportes Urbanos de Braga, pessoa coletiva 504 807 684, com sede na Rua Quinta de santa Maria, Maximinos, Braga, neste ato representada por Teotónio Luis Vieira de Andrade dos Santos e Sandra Cristina Leitão Cerqueira, como 2.º outorgante, na qualidade de administradores executivos, com poderes para o contrato,

Considerando que:

1. O ano de 2020 fica marcado pelo início da pandemia mundial decorrente da doença COVID-19.
2. Os Transportes Urbanos de Braga, E.M. se inserem num setor de atividade que presta serviços essenciais.
3. Em conformidade com as medidas determinadas pela Direção-Geral de Saúde que implicaram a determinação de imposições de limitação e ajustamentos à operação de transporte público de passageiros, designadamente, redução de níveis de utilização, limitações à venda e validação de títulos de transportes e forma de acesso aos veículos, com vista a garantir a segurança de utilizadores e trabalhadores, mantendo -se os serviços de transporte mínimos essenciais para assegurar a mobilidade dos cidadãos e o Plano de Contingência da empresa,
4. Em cumprimento do Decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de março que estabeleceu as medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus.
5. Os Transportes Urbanos de Braga e o Município encetaram medidas no sentido de mitigar a propagação do vírus COVID-19, procurando não só salvaguardar a saúde pública de um modo geral, mas em particular proteger de uma forma especial os colaboradores e os clientes, e ao mesmo tempo apoiar economicamente a população que registou nesta fase um decréscimo dos seus rendimentos.

6. Adicionalmente, por decisão do Município de Braga, autoridade de transportes, durante a primeira vaga da pandemia causada pela doença COVID-19, foi determinada a interrupção na validação de títulos de transporte entre o dia 14 de março e 31 de maio de 2020.
7. A necessidade de assegurar serviços mínimos e o ajustamento da oferta ser desproporcional à quebra de receita. O défice de exploração das linhas que se mantiveram operacionais foi agravado. Este agravamento teve, durante os sucessivos períodos vigência do estado de emergência, e confinamentos obrigatórios, um impacto negativo na liquidez das empresas que operam serviços de transporte público, justificando -se, assim, o desenvolvimento de mecanismos que promovam a sustentabilidade daquelas empresas e permitam a manutenção do serviço público de passageiros em níveis que permitam satisfazer necessidades mínimas de mobilidade e por razões indispensáveis, nos termos possíveis e avaliados, conjuntamente, entre as autoridades de transportes e os operadores, na medida concreta de cada território. Se trata de uma se trata de uma circunstância considerada imprevisível e de força maior.

Considerando ainda que:

8. **Decreto-Lei n.º 14-C/2020**, estabelece os procedimentos relativos à atribuição de financiamento e compensações ao abrigo dos seguintes regimes, decorrentes da situação epidemiológica que motivou a declaração do estado de emergência:
 - a) Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos coletivos de passageiros, regulado pelo Decreto -Lei n.º 1 -A/2020, de 3 de janeiro;
 - b) Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), previsto no artigo 289.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2020;
 - c) Passe 4_18@escola.tp, criado pelo Decreto -Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, na sua redação atual;
 - d) Passe sub23@superior.tp, criado pelo Decreto -Lei n.º 203/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual;
 - e) Passe Social+, regulado pela Portaria n.º 272/2011, de 23 de setembro.
9. Os Transportes Urbanos de Braga asseguraram durante o período do primeiro estado de emergência os serviços essenciais abaixo elencados:
 - a) Oferta de transporte, desde o dia 23 de março de 2020, nos dias úteis, equivalente a um dia de sábado, assegurando 49,7% dos quilómetros percorridos num dia de Inverno escolar, de modo a garantir o transporte de trabalhadores do Hospital, Centros de Saúde e de empresas que continuam em laboração;

- b) Aos Sábados e Domingos funcionaram os horários e carreiras equivalentes a um dia de Domingo;
 - c) As carreiras "95 - Minho Center - Nova Arcada" e "96 - Hotel Lamações - E.Leclerc" funcionaram com frequência de 40 em 40 minutos.
10. A partir do dia 18 de maio de 2020, a oferta foi reposta, na sua quase totalidade, passando a funcionar da seguinte forma:
- a) De Segunda a Sexta-feira, funcionaram os horários e carreiras habitualmente designados por "Dias Úteis";
 - b) Aos Sábados e Domingos manteve-se em funcionamento a oferta de horários e carreiras equivalentes a um dia de "Domingo".

Tudo posto:

É determinante que o Município de Braga, proceda à compensação dos serviços de transporte acima referidos, o que tendo por base critérios ajustados aos efeitos decorrentes da situação epidemiológica que motivou a declaração de estado de emergência, designadamente:

- a) Os dados históricos homólogos relativos à utilização dos serviços de transporte público de passageiros;
- b) As vendas dos respetivos títulos de transporte antes das restrições à liberdade de circulação;
- e
- c) Os níveis de oferta que se mantêm em operação para assegurar os serviços à população.
- d) A implementação das políticas de preços, que resultou das circunstâncias anteriormente elencadas, e das quais decorram receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais

Se cifra nas verbas apresentadas no quadro seguinte:

MÊS / ANO	MARÇO 2020	ABRIL 2020	MAIO 2020	TOTAL S/IVA
Receita da venda de títulos não faturados	197.055,46€	465.398,65€	496.404,47€	1.158.858,58€

Quadro 1: Acresce aos valores acima a taxa de IVA a 6%.

Nestes termos, entre as partes é celebrada a presente adenda de modificação ao contrato programa acima identificado, que se regerá pela cláusula seguinte:

Cláusula 4ªA – Montante da Compensação âmbito da pandemia COVID -19.

1 – Como compensação que deve atender às perdas de receitas decorrente dos efeitos decorrentes da situação epidemiológica que motivou a declaração do estado de emergência e às reduções de custos associadas à redução de oferta e medidas de mitigação dos custos implementadas, o Município de Braga pagará à TUB o valor de 1.158.858,58€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referentes aos meses de março, abril e maio de 2020.

2 – O valor previsto no número anterior será pago em prestações mensais ate ao final do ano 2021.

Braga, 03 de março de 2021

Pela Câmara Municipal de Braga

Pelos TUB

Ex.mo Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio

Praça do Município

4700 Braga

N/ Ref.º: 26 /ADM

Data:03-03-2021

Assunto: Fundamentos justificativos da alteração ao contrato-programa

Ex.mo Senhor.

Desde 2014 que os Transportes Urbanos de Braga conseguiram aumentar o número de passageiros transportados em 21%, aumentar as vendas de títulos de transporte em 18% e obter em 6 anos consecutivos resultados líquidos positivos.

Todavia, o ano de 2020 fica marcado pelo início da pandemia mundial decorrente da doença COVID-19.

Durante esta pandemia, muitas foram as medidas encetadas pelos TUB e Município no sentido de mitigar a propagação do vírus COVID-19, procurando não só salvaguardar a saúde pública de um modo geral, mas em particular proteger de uma forma especial os colaboradores e os clientes.

Nesse sentido, este conjunto de medidas, elencadas no Plano de Contingência, o primeiro aprovado a 9 de março, e que foi sendo objeto de atualizações de acordo e em conformidade com as medidas determinadas pela Direção-Geral de Saúde (DGS) e em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Braga, representa um custo extraordinário.

Inseridos num setor de atividade que presta serviços essenciais, temos cumprido com elevado sentido de responsabilidade a nossa missão de prestar um serviço

publico de transporte imprescindível e crucial para a comunidade que dele depende para o exercício da sua mobilidade.

Este esforço, apesar das inúmeras dificuldades que enfrentamos, resulta do valor, animo e empenho vertido por cada um de nós no desempenho das tarefas que conjugadas e interligadas formam uma corrente que se quer resistente, mas também resiliente, pois só assim, teremos a capacidade de juntos superar esta situação de crise e adversidade.

Em janeiro e fevereiro e até ao primeiro Estado de Emergência, apresentávamos uma trajetória de crescimento consistente quando comparada com os anos anteriores, registando um aumento médio de 4,7% na venda de títulos de transporte, comparativamente ao período homólogo de 2019.

No período em que decorreu o primeiro estado de emergência, durante dois meses e meio (18 de março a 31 de maio) não houve qualquer validação de títulos a bordo, por decisão Municipal, como primeira medida de mitigação da propagação do vírus e em cumprimento do Decreto-lei n.º 10-A/2020, de 13 de março que estabeleceu as medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus.

Desse modo a empresa não obteve qualquer receita durante este período, continuando a incorrer em custos fixos.

Esta medida que foi implementada pelos Transportes Urbanos de Braga, seguindo orientações da Camara Municipal de Braga, teve um fortíssimo impacto na receita direta proveniente da venda de títulos de transporte, na medida em que as vendas foram reduzidas a zero.

Com a gradual retoma das atividades económicas, também, os Transportes Urbanos de Braga retomaram em pleno a oferta de serviço. No entanto, a situação epidemiológica no país manteve-se critica com efeitos nefastos ao nível económico e social. Esses efeitos fizeram-se sentir com elevado impacto, ao nível operacional, ao nível económico e financeiro na atividade dos Transportes Urbanos de Braga.

Toda esta situação resultou numa quebra do número de validações de 44% e uma redução na receita proveniente da venda de títulos em 38%.

Perante tal cenário, decorrente da situação exposta, importa proceder a uma alteração do Contrato-Programa para acomodar o período em que não houve validação de títulos de transporte por decisão do Município de Braga.

Assim, atendendo a que se trata de uma circunstância considerada imprevisível e de força maior, entendemos que o contrato deverá ser modificado com fundamento em razões de interesse público, como foi o da interrupção da validação de títulos de transporte durante os 2 meses e meio na primeira vaga da pandemia, a manutenção dos serviços de transporte essencial no decorrer do ano, que agravaram o défice na exploração das linhas.

Ora esta circunstância está salvaguardada na contratação pública, pelo que se justifica a reposição do equilíbrio do Contrato Programa, contrato este, que vigorava durante o período em causa.

Esta atribuição de financiamento vai permitir compensar os TUB pela realização dos serviços de transporte público essenciais, definidos pela Autoridade Municipal de Transportes (CMB), e que, decorrentes das medidas excecionais de proteção de saúde pública adotadas pelos TUB, que produzem efeitos desde a declaração do estado de emergência e durante a situação de calamidade, sejam deficitários do ponto de vista da cobertura dos gastos operacionais pelas receitas de venda de títulos de transporte, até ao final do ano de 2020.

Assim, solicitamos, também, o pagamento do valor de 1.158.858,58€ (um milhão cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa de 6%, referente à compensação financeira dos TUB devido à pandemia COVID-19, pois o ajustamento da oferta foi desproporcional à quebra de receita e dada a necessidade de assegurar serviços mínimos, de se assegurar uma ocupação máxima de 1/3 da capacidade dos veículos e de se ter imposto a não obrigatoriedade de validação dos títulos de transporte para minimizar os contactos e salvaguardar a saúde pública, as medidas impostas durante o período de emergência conduziram ao agravamento do défice de exploração dos serviços de transporte que se mantiveram operacionais.

Sobre este assunto fazemos notar que o Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, permite a consignação da receita do PART e PROTransP ao pagamento da compensação financeira acima referida e que a alteração ao referido diploma, realizada pelo Decreto-Lei n.º 6-B/2021 de 15 de janeiro, permite utilizar as verbas não esgotadas do PART referentes a 2019 na reposição da oferta e garantia da manutenção e reforço dos níveis de serviços de transportes ocorridos em 2020.

Com os nossos melhores cumprimentos,
A ADMINISTRAÇÃO